

ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, sexta-feira, 30 de dezembro de 2016.

Ano IV Edição nº 179/2016

Pág. 1

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal

Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012

Adilson José Silva Lino

Prefeito Municipal

Departamento Municipal de Licitação e compras

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital

Avenida Brasil, 694, centro **CEP:** 86840-000

Fone: (43) 3461-1332 Faxinal - PR

 ${\bf Email:} \ \underline{diariooficial@faxinal.pr.gov.br}$

Site: www.faxinal.pr.gov.br

PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 6758/2016

SÚMULA:

Autorização de uso de bem público, a saber pequeno espaço na Praça Dealcides Bahls.

ADILSON JOSÉ SILVA LINO, Prefeito Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que preconiza o disposto no artigo 99, § 2º da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art 1º: É permitido o uso, de forma exclusiva pela Microempresa Individual Irineu de Melo Ferreira, inscrita no CNPJ nº 24.573.756/0001-98, com a finalidade de instalação de quiosque de sorvetes, refrigerantes, em um pequeno espaço do calçadão da praça Dealcides Bahls. a saber na Av. Brasil. na proximidade do fórum.

Parágrafo único. A presente autorização é feita em caráter gratuito e precário, vedada outra destinação para o seu uso que não a específicada, podendo ser revogado a qualquer momento a critério da administração pública.

Art. 2º. O autorizado, à sua exclusiva expensa, é responsável pela manutenção do espaço concedido do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a ocorrer face à sua utilização.

Art. 3° – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis (24/10/2016).

ADILSON JOSÉ SILVA LINO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS

DECRETO N.º6821/2016

SUMULA: Dispõe sobre exoneração de cargos de provimento em comissão e Subsídios.

O Senhor **ADILSON JOSÉ SILVA LINO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1.º Ficam exonerados os servidores abaixo relacionados, ocupantes dos seguintes cargos, do Quadro de Pessoal Comissionado, e subsídios a partir de 30 de dezembro de 2016.

NOME	CARGO	SÍMBOLO	CPF
Angelica Maria B.Marchiafavel	Secretária de Turismo	SUBS	060.423.15 9-86
Claudio Aparecido Aleixo	Secretário de Obras e viação	SUBS	045.179.24 9-12
Gabriel Roberto Aleixo	Diretor de departamento de Serviços Urbanos	CC-3	096.458.60 9-62
Getulio Jerônimo Ferreira	Chefe da Sessão Predial	CC-4	831.395.32 9-20
Márcia Domingues Guides	Chefe de Gabinete	CC-2	445.674.05 1-53
Pedro Jose dos Santos	Secretário de Cultura	SUBS	054.791.09 9-10

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 30 de dezembro de 2016

ADILSON JOSÉ SILVA LINO Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6822/2016

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Senhor **ADILSON JOSÉ SILVA LINO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1.º -

Fica nomeada a Senhora REGIANE MARIA PORTELA, portadora do RG n.º 8.433.307-7 SSP/PR e do CPF nº 031.635.619-00, para ocupar o cargo Coordenadora Municipal de Políticas Municipais, do quadro de Pessoal Comissionado, símbolo CC-2, a partir do dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 30 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 30 de dezembro de 2016.

ADILSON JOSÉ SILVA LINO Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Próvisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificados credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE